



# Anais da Assembléia

N.º 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1983

QUINTA-FEIRA.

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Basílio Zanusso e José Antônio Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados:

Trajano Bastos, Nestor Baptista, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Antonio Fonseca, Leonidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus. (33). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Airtton Cordeiro, Augusto Carneiro, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Buffara, Odeni Mongrue, Osvaldo Alencar Furtado, Pérciles Pacheco, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O Sr. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS

Sob o n.º CM/1983/472, de 06 do mês em curso, do senhor vereador doutor Abel Goulart Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço- MG, encaminhando proposição apresentada pelo vereador Hélio Jefferson de Souza, aprovada por unanimidade, na qual solicita desta Casa, interferência para mudança da Lei Eleitoral, no sentido de ser criado um "vestibular" para candidatos a cargos eletivos se habilitarem a disputar eleições em todos os níveis.

### Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 6323, de 07 do mês em curso do senhor vereador Sebastião Rezende de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da MOÇÃO N.º 03/83, de sua autoria, manifestando protestos contra as afirmações do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, sobre o Congresso Nacional.

### Ao conhecimento da Casa

Sob o n.º 019/83/mc, de 04 do mês em curso, do senhor vereador Remídio dos Santos Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia da proposição de autoria do vereador Iolando Mauren-te, subscrita pelo edil Artêmio Portella, com o seguinte teor: que os vereadores desta Casa, autorizem a Presidência, a des- contar de sua verba de subsídio, o valor correspondente a uma Sessão em favor da CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO

NORDESTE, sugerindo, que a exemplo dessa medida, cada parlamentar municipal, estadual e federal autorize suas adminis- trações a descontar-lhes o valor correspondente a um dia dos subsídios.

### Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 154/83, de 19 de agosto do corrente ano, do senhor vereador - Antonio Hilário Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Iporã, encaminhando cópia da indicação n.º 165/83, proposta pelos vereadores Moysés Mendes Sanches e Antonio Carlos Valvassore, na qual sugere a esta Casa, estudos no sentido de ser criada no Estado do Paraná, a Carteira de Pre- vidência dos deputados estaduais nos moldes da existente no Estado de São Paulo.

### Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri- buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con- cedido regime de urgência ao projeto de lei que declara de utilidade pública, a " Loja Maçônica Luz Invisível n.º 33", de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri- buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con- cedido regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 164/83, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Saint Germain n.º 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri- buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con- cedido regime de urgência, ao Projeto de Lei n.º 165/83, que declara de utilidade pública, a Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri- buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei 167/83, que declara de utilidade pública a Soc. Filatélica de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro na forma Regimental, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 53/83, que dá nova redação ao art. 43 da 7.074, de 2 de janeiro de 1979.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro na forma regimental, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 154/83, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 159 e 149/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 159/83, aprovado em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Monsenhor Berniero Maria Lauria, ocorrido no dia 15 de outubro de 1983, em Roma- Itália.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

## JUSTIFICATIVA:

Ao prestar esta modesta homenagem póstuma ao Padre Lauria, o fazemos com sentimento cristão, ao sacerdote que por longos treze anos assumiu como dirigente evangelizante da comunidade católica novaesperancense, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Após dez anos de exercício pastoral, recebeu o título de Monsenhor, honorabilidade concedida pelo Santo Padre Papa João Paulo II, por seus valiosos mistérios prestados ao cristianismo brasileiro. O prelado deixou uma folha de serviços voltada a causa religiosa e social, que declinamos algumas:

**OBRAS FÍSICAS:** Reconstrução da Igreja de Nova Esperança, hoje, edificada em magnífico projeto arquitetônico, sendo o cartão de visita da cidade; construções dos salões paroquiais: da sede da paróquia e nos Distritos de Ivaitinga, Barão de Lucena e nos bairros de Santa Terezinha e Bela Vista, locais de lazer e religiosidade; bem como a construção do funcional prédio da casa paroquial.

**OBRAS ASSISTENCIAIS- SOCIAIS E ESPIRITUAIS E PASTORAIS:** Criação de grupos de comunidade de base; reativação dos organismos evangelizadores compostos de jovens, senhoras e senhores. Criação do Clube de Ministros de Eucaristia, que proferem palestras - junto aos vários segmentos da sociedade, de temas atuais sobre a filosofia cristã da vida moderna. Amparo aos idosos, senhoras e crianças carentes, através de entidade ligada a Igreja e ao Asilo São Vicente de Paula.

Sua vida foi pautada de generosidade, fé, amor e prudência em defesa dos princípios religiosos e de seus paroquianos que tanto amava.

Para a comunidade cristã de Nova Esperança, ficou uma lacuna a ser preenchida, para Deus ganhou um PASTOR, que ao seu lado viverá para eternidade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de con-

gratulações ao Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Acadêmico Maurício Sagboni Montanha Teixeira, o qual toma posse como presidente do Conselho Administrativo da referida entidade em data de hoje, extensivo aos demais pares de diretoria.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade estudantil ora em tela, é o órgão de representação e coordenação discente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, e representa pela sua tradição e constante posição de vanguarda importante elemento dentro do contexto político-educacional do País.

A diretoria hoje empossada, eleita pelo sufrágio direto e secreto dos estudantes daquela Casa de Cultura, certamente em muito contribuirá para o engrandecimento das causas educacionais e para o fortalecimento dos ideais democráticos em nossa Nação.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, um voto de regozijo pelos 25 anos do programa radiofônico "Culpado ou Inocente", dirigido pelo eminente causídico e atual Presidente da Associação dos Advogados do Paraná, Dr. Mário Jorge.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor do Programa referido, à Direção da Rádio Clube Paranaense e à Direção da TV Iguaçu canal 4.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de outubro de 1958, o advogado Mário Jorge e um grupo de acadêmicos de Direito criaram através da antiga RÁDIO EMISSORA PARANAENSE, um programa radiofônico que só tinha e tem uma única finalidade: movimentar o povo no sentido de buscar provas que possam restabelecer a verdade em processos criminais que resultaram na condenação de pessoas inocentes, desprovidas de recursos e que foram defendidas por advogados nomeados pela Justiça.

Desde sua criação esse programa radiofônico intitulado "CULPADO OU INOCENTE", temos verificado que, através dele, esse bacharel e seus colegas que são em grande número, têm conseguido provar a inocência de muitos condenados naquelas condições e também a soltura de pessoas encarceradas há mais tempo do que determina a lei e mantidas nas prisões por absoluta falta de patronos.

"O CASO DO FILHO DO CARTEIRO" nos idos de 1959 e 60, e agora, o "CASO LIRA" são um exemplo do que realmente se propõe esse programa que já é conhecido e acompanhado pelo Brasil inteiro através das ondas curtas e médias da Rádio Clube Paranaense - B2, e também pelas ondas da TV Iguaçu, Canal 4.

Dia 23 do corrente, portanto, o programa radiofônico "CULPADO OU INOCENTE", estará completando 25 anos de profícua existência, constituindo-se isto seria o certo, num programa de utilidade pública, eis que sua finalidade relaciona-se ao bem comum e à defesa em igualdade de condições, dos mais necessitados.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos desta sessão plenária, de um voto de regozijo ao Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba, pela passagem do seu 27.º aniversário de fundação. Com um quadro social que

alcança a mais de 3 mil pessoas, entre civis e militares, essa entidade tem intensa atividade social, recreativa, cultural e benéfica. É presidida pelo Sr. Ilson José Caldeira, tem como vice-presidente o Sr. Jossué Ferraz de Campos e diretor-social o Sr. Célio de Castro. Requeiro que se dê ciência do presente aos diretores acima referido.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor doutor José Richa governador do estado, e à excelentíssima senhora professora Gilda Poli Rocha Loures, digníssima secretária de Estado da Educação, no sentido de que determinem a implantação dos Cursos de 5.ª a 8.ª (quinta a oitava) Séries nas Escolas localizadas nos Distritos de Guaraí e Rio da Prata, no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades encontradas pelos alunos que terminam a 4.ª (quarta série) do Primeiro Grau, para continuarem seus estudos, é bastante grande, levando-se em consideração que são filhos de famílias que vivem exclusivamente da zona rural, sem condições financeiras para frequentarem as escolas localizadas na sede do município, por terem de se locomover de ônibus, e o preço das passagens são bastante caras.

Não é justo que estas crianças interrompam seus estudos por falta de condições, quando sabemos perfeitamente, que é possível dar-lhes essa oportunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo sr. Doutor Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo a criação do Conselho de Conciliação e Arbitramento nas cidades de Cambé e Ibiporã, com a finalidade de dar solução extrajudicial a pequenas causas relativas à matéria cível.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício à excelentíssima sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da solicitando uma extensão da Escola Estadual Padre Anchieta, para o Distrito de Esquina Gaúcha, no município de Pérola do Oeste, ou a criação de uma Escola Estadual de 1.º grau no referido Distrito.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) CAITO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Esquina Gaúcha, fica afastado da sede do município por uma distância de seis quilômetros, ocasionando sérios problemas de locomoção aos alunos que desejam frequentar a escola, muitos dos quais estão desistindo, até mesmo por falta de condições financeiras para pagar seu transporte.

Por outro lado, em Esquina Gaúcha, existe disponível, um prédio municipal com 307,71 m<sup>2</sup>, de área coberta, com 4 salas de aula, cantina, secretaria, banheiros masculino e feminino, além de dispensa, o que constitui uma completa infra-estrutura

para o funcionamento de uma escola de 1.º grau, já a partir de 1984.

Inclusive, estamos anexando a este requerimento, uma relação de alguns alunos que estão aguardando a criação da Escola, ou mesmo a extensão, para efetuar suas matrículas na 5.ª série do 1.º grau no próximo ano, a qual, certamente, será acrescida haja vista que o Distrito reúne em torno de si várias pequenas localidades, onde aproximadamente 30 crianças necessitam de escola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Administração, a fim de que o mesmo tome as providências necessárias para a liberação de verbas ao município de Umuarama, com a finalidade de serem reconstruídas casas e estabelecimentos escolares assolados pelo vendaval ocorrido nesta última segunda-feira.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo Secretário da Segurança, no sentido de proceder estudos para a regulamentação da obrigatoriedade de autorização para quem deseje efetuar oferendas ritualísticas em praias, matas, campinas, cachoeiras, rios, etc.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação ao excelentíssimo Secretário de Segurança, visa atender correspondência que nos foi enviada pela Suprema Ordem da Umbanda - SOU - com sede em Curitiba. A Umbanda e outros cultos congêneres, possuem grande número de adeptos em nosso Estado. É no sentido de preservar o bom nome de tais cultos, bem como, conseguir diminuir a poluição das praias, os riscos de incêndio nas matas e campos, a profanação de cemitérios, entre outros, particularmente na festa de Iemanjá, realizada na passagem de ano, que encaminhamos esta solicitação de estudos que busquem exatamente regulamentar tal atividade, evitando desta forma, os problemas ocasionados, além de garantir maior segurança aos que praticam o culto, bem como toda a comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário o envio de expediente ao excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela SANEPAR, no Distrito de Nova Altamira, município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da região do Vale do Itaipó, em função de sua rica produção agro-pecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por qualquer Serviço de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que de encontro a um postulado básico do programa de governo do PMDB: a melhoria

da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos Senhores Deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nilton Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada na Vila Diniz, localizada no município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua Economia e Comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da Região do Vale do Ivaí, em função de sua rica produção agro-pecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por qualquer serviço de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do Programa de Governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a sua excelência o sr. desembargador Alceu Conceição Machado, Mui Digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em solicitação no sentido de que seja instalado o 2.º tabelionato e o 2.º Registro de Imóveis de Toledo.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz tendo em vista que Toledo é hoje um município com uma população aproximada de 100.000 habitantes, o que vem provar o crescente desenvolvimento que se verifica a cada ano que passa. Consequentemente, é urgente a instalação de novos órgãos públicos, aumentando a estrutura de prestação de serviços para aquela comunidade.

Atualmente enormes prejuízos vem tendo aquela população em vista do grande volume de serviços nos únicos cartórios existentes no município, o que provoca uma razoável demora na solução das questões em pendência.

Esta realidade justifica a instalação do 2.º tabelionato e do 2.º Registro de Imóveis, tendo em vista que os mesmos foram criados pela Lei n.º 6767, de 30.12.75.

Neste sentido é que se encaminha o presente apelo ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sempre atento às justas reivindicações de nosso povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de telex ao excelentíssimo senhor presidente da República, apelando para que não se curve perante a exigência do FMI de se implantar no País o controle da natalidade, travestido eufemisticamente no momento por "Planejamento Familiar."

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A fundamentação teórica e filosófica da proposta de implantação no Brasil de um Programa Nacional de Planejamento Familiar em nada difere do conteúdo do controle da natalidade.

A teoria de Malthus, a eugenia e a teoria neomalthusiana redundam na visão de que a superação do subdesenvolvimento econômico e social depende da diminuição do contingente populacional.

O planejamento familiar, juntamente com a adoção de uma política salarial de arrocho tem sido justificadas como sendo exigências do acordo com o FMI, coerente com o monetarismo que preside as intervenções do fundo.

Embasados na experiência histórica dos povos, temos a convicção de que os verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento residem no modelo econômico dependente dos monopólios financeiros internacionais e que a dinâmica demográfica é mera consequência do processo de urbanização e da mudança dos padrões culturais da população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido Plenário, envio de correspondência ao excelentíssimo senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, fazendo denúncia do convênio mantido pela SESB com a BEMFAM e implantação de um programa de atenção integral à saúde da mulher.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

O programa do PMDB é explicitamente contrário à tese do controle da natalidade. As diretrizes da atual política de saúde do governo democrático do Paraná é coerente com o programa do partido e a plataforma de governo aprovada pelo povo paranaense nas eleições de novembro de 1982.

A manutenção do convênio firmado pela SESB com a BEMFAM durante o governo anterior é contraditório com o atual quadro político e sanitário do Paraná. A BEMFAM é, notadamente, uma agência dos interesses da Federação Internacional de Planejamento Familiar. É urgente a denúncia e o rompimento desse convênio.

Concomitantemente, é urgente a elaboração e desenvolvimento de um programa de atenção integral à saúde da mulher paranaense, que preveja as ações de concepção e anticoncepção como parte de uma programação voltada ao atendimento da demanda já existente por parte da população feminina do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de solidariedade ao Acadêmico Paulo Roberto Salle, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho, vítima do afastamento compulsório, pelo período de 30 dias, de suas atividades político-estudantis, por força de disposições estatutárias utilizadas pela Direção da referida instituição de ensino superior, e solicita imediato levantamento da intervenção e imediatas providências da senhora secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reconhece a União Paranaense dos Estudantes (UPE) como entidade de utilidade pública estadual, em que aprova projeto do Executivo Estadual que devolve a sede própria dos universitários, em que o Governador José Richa nomeia para o Conselho Esta-

dual de Educação o presidente da UPE e em que, de modo geral, se avança no sentido da plena reatuação dos direitos políticos da juventude paranaense, é com indignação que recebemos a denúncia de que a Direção da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho decreta intervenção no Diretório Acadêmico, afastando o seu presidente, o jovem Paulo Roberto Salle, e ao mesmo tempo, levando à renúncia dois outros dirigentes estudantis.

Esse fato, segundo declarações prestadas pelo presidente da União Paranaense dos Estudantes, Luiz Henrique Bona Turra, deve-se ao fato de que o Acadêmico Paulo Roberto Salle é candidato a diretor do Departamento Jurídico da UPE, nas eleições gerais que se realizarão dias 10 e 11 de novembro deste ano. E ainda a uma proibição, pelo presidente do Diretório quebrada, da entrada do ex-dirigente da UPE Zenir Teixeira de Almeida nas dependências da Faculdade.

Diante deste quadro, não pode ser outra a posição desta Casa senão a de protestar veementemente contra esta arbitrariedade da direção da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho e exigir o imediato levantamento da intervenção sobre a entidade estudantil, em desagrevamento à juventude estudantil laboriosa pelas liberdades democráticas e pela plena justiça. Propomos, portanto, o envio deste expediente ao diretor da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho, à secretária de Estado da Educação e aos dirigentes do Diretório Acadêmico da referida instituição.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o douto plenário, oficie-se ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, doutor Luiz Felipe Haj Mussi, sejam determinadas providências cabíveis, indispensáveis e imediatas, objetivando sanar as dificuldades em que se encontra o setor policial do município de Tibagi, especialmente a designação de dois escrivães de polícia, a liberação de verbas para manutenção de combustível e despesas de correio, a liberação de mais uma viatura policial, a reforma total do prédio, a designação de mais policiais — tantos civis como militares, a liberação de uma ou mais máquinas de escrever, a carga de duas armas e munições de grosso calibre.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê à Câmara Municipal, ao senhor delegado de Polícia e ao excelentíssimo senhor Juiz de Direito da Comarca de Tibagi.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Tibagi é o segundo maior município do Paraná, em extensão territorial, com uma superfície de 3.799 km<sup>2</sup>, possuindo três distritos, a saber: Amparo, Ventania e Caetano Mendes.

O prédio da Delegacia e Cadeia Pública tem mais de 30 anos, possuindo apenas 06 celas; além do delegado apenas quatro policiais militares compõem o efetivo humano. A única viatura está em condições precárias; não existe nenhuma arma nem carga; não há verba para combustível, correio, xerox e demais despesas internas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente da TELEPAR — Telecomunicações do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam providenciados estudos objetivando avaliar a possibilidade da implantação de um Posto de Serviços na localidade de Rio do Leão, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

É sabido, nos dias atuais em que vivenciamos as imensas dificuldades enfrentadas pelos habitantes dos mais diversos e dife-

rentes pontos desta Estado, em face da grave conjuntura econômica, responsável pela realidade social e política. Tais situações são na verdade, oriundas das diretrizes adotadas pelo governo federal que sempre centralizou as arrecadações dos tributos.

Porém, em termos de governo estadual, é possível dar algumas respostas concretas para a eliminação de alguns problemas, tais como a própria descentralização dos organismos de ação pública.

Neste sentido, atendendo a iniciativa do senhor Eliseu Luiz Vieira, solicitando a criação de um Posto de Serviço da TELEPAR, na localidade de Rio Leão, não apenas por estar perfeitamente adequada a política do governo do Estado, mas, também, em face do crescimento amplamente comprovado.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos com o intuito de avaliar a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado- IPE, na municipalidade de Roncador.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do governo estadual, em sua versão preliminar nota-se no que diz respeito às Metas no setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de saúde.

A criação portanto, da agência do IPE, município de Roncador, está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário da Agricultura para que através dos órgãos competentes desta Pasta, seja autorizado estudos objetivando avaliar as possibilidades de se destinar recursos financeiros para a aplicação de um viveiro de mudas no município de Terra Boa.

Trata-se de uma antiga reivindicação dos habitantes daquela cidade preocupados com os crescentes desmatamentos de áreas verdes, responsável pelo desequilíbrio ecológico, já verificados, bem como até mesmo a comprovação de ameaça de alguns tipos de vegetação. Ademais, tal situação, se não tomadas as medidas cabíveis, acarretarão problemas de cuja ordem será maior do que os existentes afetando especialmente a agricultura, já que em consequência disso, a desagregação do solo faz com que haja um enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento de camadas férteis da terra.

Neste sentido, visando se proceder a concretização de propósitos para a criação de uma estrutura fundamentada no pensamento voltado para a conscientização dos proprietários agrícolas a Câmara Municipal de vereadores de Terra Boa, através de seus

membros, aprovou projeto lei autorizando a administração do município a firmar convênio no sentido de viabilizar a construção de um viveiro de mudas, onde, evidentemente, poderá se tornar realidade, mediante a participação da secretaria de estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Miguel Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no Distrito de Ariranha, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da região do Vale do Ivaí, em função de sua rica produção agropecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por quaisquer espécies de Serviços de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do programa de governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Miguel Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no distrito de Arapuã, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da região do Vale do Ivaí, em função de sua rica produção agropecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por quaisquer espécies de Serviços de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do programa de governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado às lideranças dos partidos políticos, representados no Congresso Nacional, veemente apelo no sentido de que seja proposto com a máxima urgência, um código de ética e regulamentação do uso da informática, de um modo geral, onde, antes de mais nada seja resguardada a privacidade dos indivíduos, protegendo-o do uso indevido de informações computadorizadas existentes a seu respeito.

Pela complexidade do assunto, sugere este deputado, a

formação de uma Comissão Interpartidária, destinada a elaboração de projeto regulamentando a matéria, protegendo-se, assim, o cidadão comum dos efeitos nocivos que a informática, uma das mais dramáticas conquistas da tecnologia moderna, que pode, se mal empregada, destruir princípios básicos da democracia escravizando o homem aos órgãos de informação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de prerrogativas e atribuições que lhe são deferidas, pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e disposições inseridas na Constituição do Estado, notadamente aquelas do Art. 16. V, vem a Vossa Excelência, com o devido acatamento, REQUERER seja o presente submetido ao Plenário e encaminhado na forma da legislação aludida, ao excelentíssimo sr. dr. Erasmo Garanhão, DD. Secretário de Estado das Finanças, para que preste, no prazo da lei, as informações necessárias ao seguinte.

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. A Secretaria do Estado das Finanças, como se sabe, confeccionou ou mandou confeccionar — Guias de recolhimento G.R. na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

2. Quer saber:

a) Em que Gráfica ou Impressora foram contratados tais serviços?

b) Qual critério usado pela Secretaria de Finanças, para escolha desta Empresa Paulista?

c) Houve tomada de preços ou licitação entre as Empresas do mesmo ramo que operam no Paraná?

d) Existe alguma ligação de parentesco entre o diretor geral da Secretaria de Finanças e diretores da referida Empresa Paulista?

e) Qual o montante em cruzeiros que o Paraná deixa de arrecadar em I.C.M. por este serviço ter sido realizado em outro estado?

f) Qual o montante em cruzeiros deste contrato?

Na oportunidade, requer, também, conte do pedido oficial advertência no sentido de que, fluído o prazo de trinta dias e não solucionado a contento este pedido de informações, esta Assembléia Legislativa, tomará as medidas legais cabíveis.

Peço acolhimento.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao excelentíssimo senhor governador do Estado e ao secretário da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que o Estado do Paraná participe do convênio que o Conselho Nacional de Saúde Previdenciária- CONASP está implantando em outros Estados, que visa beneficiar todo o cidadão ao direito de assistência médico-hospitalar, através do INAMPS, independente de ser segurado da previdência social.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

Recentemente o CONASP implantou tais serviços em São Paulo e no Rio de Janeiro, já colhendo efeitos satisfatórios em favor dos desempregados, pois os mesmos ficam privados da assistência médico-hospitalar após um ano de não contribuição à Previdência Social.

A participação do Paraná no esquema do Conselho Nacional de Saúde Previdenciária certamente trará benefícios imensos às pessoas aqui vítimas do desemprego, principalmente aos mais idosos.

A firmação de um convênio com o CONASP traria resulta-

dos objetivos no que se pretende, coadunando-se com os objetivos do Governo em amenizar os preocupantes problemas de saúde aqui existentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nilton Miguel Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, na Vila Nova Porã, município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da Região do Vale do Ivaí, em função de sua rica produção agro-pecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por quaisquer espécies de Serviço de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do Programa de Governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nilton Miguel Friedrich, solicitando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada pela Sanepar, no distrito de Cruzmaltina, em Faxinal.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A citada localidade tem sua economia e comunidade bastante ativas, tendo muito contribuído para o crescimento do Estado e da Região do Vale do Ivaí em função de sua rica produção agro-pecuária. No entanto, apesar disso, não se acha servida por qualquer Serviço de Abastecimento de Água.

O atendimento a esta reivindicação, além de facilitar o uso de água saudável, contribuirá para o tratamento preventivo da saúde da população atendida. Fato esse que vem de encontro a um postulado básico do Programa de Governo do PMDB: a melhoria da qualidade de vida.

Tais motivos, acreditamos, justificam a solicitação que ora submetemos à apreciação dos senhores deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrônomo Claus Germer, solicitando a instalação de uma Unidade Armazenadora da COPASA, no município de Manoel Ribas.

Sala de Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O armazenamento da produção agrícola de Manoel Ribas só é possível com o seu deslocamento para a Unidade de Ivaiporã. Isso incorre em despesas, principalmente com transporte, encarecendo o produto. E, mesmo assim, a capacidade de armazenagem é insuficiente para atender à região.

A instalação de uma Unidade em Manoel Ribas, virá facilitar e baixar o custo, além de criar melhores condições para os produtores agrícolas. Esses são fatores que justificam nossa solicitação.

#### Projetos de Lei

##### PROJETO DE LEI N.º 188/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - O Art. 9.º, da Lei n.º 7.540, de 8 de dezembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9.º - " Aos integrantes das categorias funcionais de Assistente Jurídico, Biólogo, Técnico de Assuntos Culturais e Psicólogos do Quadro Geral do Poder Executivo, fica atribuída a gratificação de que trata a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, em valores, respectivamente, iguais aos pagos aos Economistas, Naturalistas e Técnicos de Administração.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

##### PROJETO DE LEI N.º 189/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado de " MOACIR JÚLIO SILVESTRI", a rodovia que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhã, (Foz do Rio D'Areia) - PR - 170.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) LEONIDAS CHAVES.

#### JUSTIFICATIVA:

MOACIR JÚLIO SILVESTRI, foi Prefeito de Guarapuava, Deputado Estadual, Deputado Federal, empresário, que notabilizou a região Oeste do Paraná pelo seu dinamismo, pela sua capacidade de realização e sobretudo pelo seu perfil de homem público, deixando inúmeras obras edificadas nos períodos de seus mandatos. Foi, também, um dos grandes ideais a execução do asfalto que liga Guarapuava a Pinhã.

##### PROJETO DE LEI N.º 190/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - É vedada a contratação de serviços médicos prestados através de empresas de previdência aberta e de empresas de medicina de grupo pela Administração direta e indireta do Estado.

Art. 2.º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa (90) dias.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

O aumento das atividades industriais e o crescimento do setor de serviços no Estado do Paraná tem trazido como subproduto o surgimento de grupos empresariais que passam a se responsabilizar pelo atendimento médico dos funcionários daquelas empresas industriais/comerciais, em substituição ou complementação do atendimento prestado pelo INAMPS.

Tais grupos, ou empresas de medicina de grupo, como qualquer empresa capitalista, têm que auferir lucro a partir de suas atividades. Aqui, no entanto, o lucro é obtido a partir de:

- exploração do trabalho médico;
- diminuição da qualidade do atendimento ao paciente;
- seleção dos trabalhadores a serem contratados, com preferência não só dos mais hígidos, mas, por exemplo dos com



menor número de dependentes;

- controle médico do absenteísmo (incluindo demissão dos que mais procuram os serviços médicos).

Estas empresas de medicina de grupo têm sido combatidas:

- pelo Conselho Federal de Medicina que as considera anti-éticas (o ato médico não se pode prestar a lucros de terceiros);

- pelas Associações Médicas que as consideram responsáveis pela mercantilização da medicina;

- pelos Sindicatos Médicos que as consideram não (ou más) cumpridoras das normas trabalhistas que regem as relações patrão-empregados (este, no caso, médico);

- pelos Sindicatos de Trabalhadores, que as consideram lesivas aos empregados e mecanismo unilateral de controle do trabalho.

Ultimamente, empresas de previdência privada aberta têm surgido, enveredando pelos mesmos descaminhos das empresas de medicina de grupo.

O funcionamento inadequado do INAMPS não justifica a tolerância para com o crescimento das atividades empresariais na medicina. Cabe especialmente, ao Estado, através de seus órgãos da Administração direta e indireta, dar o exemplo de não estimular o crescimento de tais empresas, aliando-se assim à luta que profissionais da área de saúde e demais trabalhadores têm encetado por uma assistência médica melhor e mais humana.

#### PROJETO DE LEI N.º 191/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — O item III, do art. 2.º da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º — .....

I - .....

II - .....

III - 20% (vinte por cento) da Gratificação Policial Militar Especial, calculado com base nas correspondentes graduações da ativa para as Praças Especiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### PROJETO DE LEI N.º 192/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação de Senhoras de Rotarianos de Campo Mourão, com sede e foro no município do mesmo mesmo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983

(a) RUBENS BUENO.

##### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Sra. Dirce Daleffe Aires, Diretora e Vice-Presidente da Associação de Senhoras de Rotarianos de Campo Mourão, com sede e foro no município, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de alto cunho social, seja o de prestação de assistência filantrópica aos mais necessitados da comunidade mourãoense.

Contando já com o reconhecimento a nível municipal, conforme Lei n.º 212, de 31 de agosto de 1978, daquele Executivo Municipal.

A finalidade da referida Associação, é acima de tudo dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritórias bem como fomentar a amizade entre as suas sócias e desenvolver programas tendentes a inspirar movimentos análogos em outras comunidades rotárias.

Neste sentido, apela a presente Associação para a compre-

ensão dos nobres parlamentares, possa a ASR de Campo Mourão ser considerada de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação que segue em anexo.

#### PROJETO DE LEI N.º 193/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ", com sede na cidade de Assaí- Pr., à Rua Manoel Ribas, n.º 989.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1983.

(a) HOMERO OGUIDO

Apoioamento - Tadeu França, Amélia Hruschka, Edmar Luiz Costa.

##### JUSTIFICATIVA:

A "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ", com sede e foro na cidade de Assaí- Pr., constitui uma Sociedade Civil, com fins de promover maior aproximação entre famílias dos sócios do Rotary Club de Assaí, objetivando cooperar e auxiliar sociedades filantrópicas ou obras de assistência social ou educativas, principalmente às que se dediquem à proteção da infância e formação moral e cívica da juventude.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno, Grande Expediente e Horário das Lideranças.

Passa-se à

##### ORDEM DO DIA,

Com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Homero Oguido, subscrito pelos srs. deputados Tadeu França, Amélia Hruschka e Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Márcio Almeida constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 159 e 149/83, constantes da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.



3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA E OUTROS, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, 61 (sessenta e um) cargos em Comissão, símbolo DAS-5. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/83, que aprova a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado para o triênio 1984-1986. Com Parecer Favorável da Comissão de Orçamento. — **Aprovado.**

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI 149/83

### PARECER:

#### 1. INTRODUÇÃO

Atendendo pressupostos constitucionais e legais, o excellentíssimo sr. governador do Estado, através da Mensagem n.º 105, de 14/09/83, envia para exame a deliberação desta Assembléia Legislativa o Orçamento Plurianual de Investimentos, referente ao triênio 1984/86.

Os dispositivos que tratam da matéria, encontram parâmetros legais na Constituição Estadual, Ato Complementar número 49/69, da Lei Federal número 4320/66 e a Lei Estadual número 5982/69.

O documento processado consubstancia-se no Projeto de Lei número 149/83, visando dar destinações de recursos financeiros das despesas de capital possibilitando uma ação governamental, no pressuposto de atendimento às prioridades paranaenses.

#### 2. PROBLEMAS INSTRUMENTAIS

A tentativa de adotar o OPI como instrumento de planejamento, evidencia a necessidade de propiciar aos órgãos governamentais, os meios que possibilitem dar satisfação às comunas daquilo que pretendem realizar em termos de obras.

Contudo, a tecnocracia fez o documento inócuo na sua praticidade.

A mais importante função instrumental do OPI consta do parágrafo segundo do artigo 33, da Constituição do Estado do Paraná que assim se expressa.

§ 2.º — “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos ou SEM PRÉVIA LEI QUE AUTORIZE E FIXE O MONTANTE DAS DOTAÇÕES QUE ANUALMENTE CONSTARÃO ORÇAMENTO, DURANTE O PRAZO DE SUA EXECUÇÃO”.

Em resumo a função específica do OPI, poderá ser alterada por ocasião da própria instrumentação do Orçamento-Programa Anual, este sim, instrumento determinante da ação governamental.

Outro problema advém da própria instrumentação de planejamento da ação governamental estadual, mantida pelo artigo primeiro, da Lei número 5982/69:

“Art. 1.º — Ação Governamental se orientará por planejamento que vise o desenvolvimento econômico-social do Estado, norteando-se segundo planos e programas e compreenderá a elaboração e utilização dos seguintes instrumentos básicos:

- I — Plano Geral de Governo;
- II — programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual;
- III — orçamento plurianual de investimentos;
- IV — orçamento anual
- V — programação financeira de desembolso”.

Se em tese a instrumentação tem validade, contudo peca na formulação dos prazos de apresentação de cada instrumento. Assim, o Plano Geral de Governo, do qual deveriam partir todos

os demais de conformidade com o artigo segundo da supra citada lei, tem o seu prazo de apresentação para estudo do Poder Legislativo, até o dia primeiro de outubro do primeiro ano do mandato governamental e o artigo nono determina que a apresentação do OPI seja feito até 15 de setembro de cada ano.

Caracteriza-se a incongruência de vez que o OPI deveria ser apresentado após o estudo do Plano Geral, do qual ele é derivado.

A prática tem demonstrado isto, pois estamos deliberando sobre o OPI, quando não começamos discutir sobre a sua origem, isto é, o Plano do Governo José Richa.

Apesar de sua denominação pressupor que deva constar do mesmo somente as despesas destinadas e classificadas em “Investimentos”, o mesmo deve abranger todas aquelas feitas com o objetivo de criar ou adquirir bens de capital para benefício da comunidade.

Um dos grandes problemas do OPI diz respeito à manutenção dos investimentos, isto é, de ser programada a operacionalidade dos projetos, efetivando-se alocação de recursos para pessoal e outras despesas correntes. Por isto os mais importantes técnicos orçamentários aconselham incluir no OPI, mesmo a título de informação, a previsão das despesas correntes.

#### 3. ANÁLISE GERAL DO DOCUMENTO

No OPI existe uma previsão de destinar um montante de Cr\$ 5.855.623.859.000,00 (cinco trilhões, oitocentos e cinquenta e cinco bilhões, seiscentos e vinte e três milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), em despesas de Capital, durante o próximo triênio, dividindo-se por exercício os seguintes valores: 1984, Cr\$ 1.787.739.873.000,00 (um trilhão, setecentos e oitenta e sete bilhões, setecentos e trinta e nove milhões e oitocentos e setenta e três mil cruzeiros); 1985 — Cr\$ 1.930.048.650.000,00 (um trilhão, novecentos e trinta bilhões, quarenta e oito milhões e seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) e 1986 — Cr\$ 2.137.835.336.000,00 (dois trilhões, cento e trinta e sete bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões e trezentos e trinta e seis mil cruzeiros). Ressalte-se que os valores que constam do presente documento foram calculados a preços de 1984, advindo daí um fator de defasagem financeira nos programas ora definidos.

Do total, os recursos do Tesouro respondem com somente 14,05 por cento, propiciando que os recursos de outras fontes tenham que arcar com 85,95 por cento. Dos recursos do Tesouro, existe uma vinculação receitual no total de Cr\$ ..... 237.138.852.000,00 (duzentos e trinta e sete bilhões, cento e trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), ou seja, 4,04 por cento do OPI já tem a sua destinação vinculada com determinadas despesas.

Quando as destinações de prioridades programáticas, nos reservamos para um parecer mais acurado por ocasião das deliberações do Orçamento-Programa Anual, este sim efetivo instrumento da ação governamental.

#### 4. CONCLUSÕES

a — O OPI para o triênio 1984/85, obedece as normas constitucionais e legais vigentes;

b — O documento apresenta mais um rol de intenções do que efetiva comprovação das referidas prioridades a serem atendidas;

c — Mesmo para o exercício de 1984, poderá o atual documento que representa o OPI, ser modificado ou pela discussão do Orçamento-Programa Anual, ou mesmo por ocasião da execução deste;

d — O documento visa evidenciar os projetos e as respectivas prioridades contidas no Plano Geral do Governo José Richa.

#### 5. EMENDAS E RESSALVA

Não houve apresentação de emendas ao presente plano de lei, contudo, deve-se ressaltar que qualquer modificação que se efetivar por ocasião da discussão do Orçamento-Programa Anual, deverá o presente documento sofrer alterações, como preceitua o parágrafo primeiro, do artigo terceiro do atual plano de lei:

“§ 1.º — No transcurso de cada exercício as importâncias consignadas nos projetos e atividades discriminadas nos anexos integrantes desta lei serão ajustadas pelas alterações que sejam procedidas no Orçamento Anual pelas formas legalmente autorizadas”.

#### 6. PARECER:

Valendo-nos do pressuposto intencional no desenvolvimento sócio-econômico paranaense, cujo instrumental está enviando no presente plano de lei, concluímos pela sua aprovação, mantida a ressalva supra.

Sala das Comissões, em outubro de 1.983.  
(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Presidente  
ANIBAL KHURY — Relator

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/83 (Mensagem e ex-Proposição número 01/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de SANTA HELENA, visando obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Proponoroeste. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 141/83, que declara de utilidade pública o PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE — PROVOPAR — AÇÃO SOCIAL, com sede nesta Capital. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/83 (Mensagem e ex-Proposição número 24/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, que com a intervenção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetiva a execução do Programa de Nutrição e Saúde no Estado do Paraná. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/83, (Mensagem número 23/83, ex-Proposição número 21/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio número 408/82, de 29 de dezembro de 1.982, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Sudesul, objetivando execução de obras em conformidade com o Prodopar. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/83, (Mensagem e ex-Proposição número 05/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 20/10/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com os Municípios de GUARAPUAVA e VERÊ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1.982. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/83 (Mensagem e ex-Proposição número 25/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio número 407/82 de 20/12/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Sudesul, com a intervenção da Sucepar - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/83, (Mensagem número 22/83 e ex-Proposição número 23/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos datados de 25/11/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Prosafras, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/83 (Mensagem e ex-Proposição número 07/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 13/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/83 (Mensagem e ex-Proposição número 09/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, Eletrosul e o Município de GUAÍRA, objetivando melhorias operacionais no aeroporto do referido município. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/83, (Mensagem e ex-Proposição número 15/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando execução do Prosafras, no exercício de 1.982. - **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/83, (Mensagem número 18/83, ex-Proposição número 19/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a realização da Segunda Feira de Novilhas dos Campos Gerais. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Líder Espiritual e Pastoral Teruyo Tamura, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Berniero Maria Lauria, ocorrido no dia 15 de outubro do corrente ano, em Roma - Itália. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao sr. presidente da Associação dos Advogados do Paraná, pelos 25 anos do programa radiofônico “Culpado ou Inocente”. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Colégio Santa Maria, pela conquista do bicampeonato das Olimpíadas Maristas do Brasil. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao sr. Wilfrid W. Schiller, eleito Operário Padrão do Paraná em 1.983. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cor-

deiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba, pela passagem do seu 27.<sup>o</sup> aniversário de fundação. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei numero 159/83, aprovado em Terceira Discussão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando urgência na tramitação do Projeto de Lei oriundo do Executivo, que diz respeito à alteração da Lei numero 7051/78. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei numero 166/83, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Luz Invisível numero 33", de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede em Curitiba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei numero 164/83, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Saint Germain numero 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, encarecendo a construção de um novo prédio para a Agência de Rendas no município de São Mateus do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 28.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do município de São Pedro do Ivaí. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 22.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do município de Cambira. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à UPES, pela realização do XXXIV Congresso, no dia 14 de outubro do corrente ano, no município de Paranaguá. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos srs. governador do Estado e secretário dos Transportes, encarecendo urgência na execução da obra de pavimentação da PR-555, que liga os municípios de Nova Esperança ao distrito de Nova Bilac, no município de Floraf. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei numero 167/83, que declara de utilidade pública a Sociedade Filatélica de Curitiba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando o restabelecimento da Unidade Veterinária do município de Planalto. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Administração, visando a instalação de uma agência do IPE no município de Planalto. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando a instalação de uma Unidade Armazenadora da Copasa, no município de Manoel Ribas. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação de Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no Distrito de Cruzmaltina, Município de Faxinal. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, na Vila Nova Porã, no Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. diretora Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Educação, visando proceder reparos na Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino Regular e Supletivo, no Município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Departamento de Ensino de Segundo Grau - DESG, por intermédio da Secretaria de Educação, visando a montagem do processo para implantação do Curso de Magistério no Município de Nova Cantu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, encarecendo uma ajuda financeira destinada ao pagamento de professorado da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau, no Município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e do Bem Estar Social, visando a implantação de uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no Município de Campina da Lagoa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando recursos para possibilitar a recuperação de estradas localizadas no Município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que o Estado do Paraná participe de convênio que o Conselho Nacional de Saúde Previdenciária - CONASP, está implantando em outros Estados. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado e secretário da Administração, encarecendo que se processe a reforma da sede histórica da União Paranaense dos Estudantes - UPE. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Indústria e do Comércio, visando a instalação de uma Unidade do Departamento de Trabalho do Paraná - Detepar, no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações aos srs. secretário da Cultura e Esporte e da Educação, sobre a atual situação do Grupo Permanente de Teatro da Fundação Teatro Guaíra. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao sr. secretário dos Transportes, quanto ao número de pessoas que se deslocaram para a cidade de Maceió, capital de Sergipe, a fim de participar do Redore - Reunião dos Diretores do DER. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem do "Dia dos Médicos", ocorrido no dia 18 de outubro do corrente ano. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio ao Memorial Justificativo do pleito da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, endereçado ao sr. governador do Estado. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando a colocação de placas de sinalização na rodovia que liga os Municípios de Cândido de Abreu e Reserva. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. secretário das Finanças, quanto a confecção de Guias de Recolhimento - GR na cidade de Bauru Estado de São Paulo. - Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Para discutir, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja encaminhado às lideranças dos partidos políticos representados no Congresso Nacional, apelo no sentido de que seja proposto um código de ética e regulamentação do uso da informática, de um modo geral. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada pela Sanepar, no Distrito de Arapuã, Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no Distrito de Ariranha, município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando a instalação de uma Unidade Veterinária no Município de Borrazópolis. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, encarecendo estudos objetivando avaliar as possibilidades de se destinar recursos financeiros para aplicação de um viveiro de mudas no Município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma Agência do IPE no Município de Roncador. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Telepar, através da Secretaria do Interior, visando a implantação de um Posto de Serviços na localidade de Rio do Leão, Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Centro Acadêmico Hugo Sinas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do acadêmico Maurício Sagboni Montanha Teixeira, o qual toma posse como presidente do Conselho Administrativo da referida entidade, extensivo aos demais pares da diretoria. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando providências indispensáveis e imediatas, objetivando sanar as dificuldades em que se encontra o setor policial do Município de Tibagi. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de voto de solidariedade ao sr. presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho, vítima do afastamento compulsório por 30 dias de suas atividades político-estudantis, por força de disposições estatutárias utilizadas pela direção da referida instituição de ensino superior. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei número 53/83, que dá nova redação ao art. 43 da 7074, de 02 de janeiro de 1.979. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, fazendo denúncia do convênio mantido pela SESB com a Benfam, e implantação de um programa de atenção integral à saúde da mulher. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao sr. presidente da República, apelando para que não se curve perante a exigência do FMI de se implantar no País, o controle da natalidade, travestido eufemisticamente no momento por "Planejamento Familiar". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a instalação do Segundo Tabelionato e do Segundo Registro de Imóveis no Município de Toledo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada pela Sanepar, no Distrito de Alto Porã, Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, na Vila Diniz, Município de Faxinal. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação do Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no Distrito de Nova Altamira, Município de Faxinal. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a implantação de Serviço de Abastecimento de Água Tratada, pela Sanepar, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos para a regulamentação da obrigatoriedade de autorização para quem deseje efetuar oferendas ritualísticas em praias, matas, campinas, cachoeiras, etc. - Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Administração, encarecendo a liberação de verbas com a finalidade de serem reconstruídas casas e estabelecimentos escolares assolados pelo vendaval ocorrido no Município de Umuarama. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, visando uma extensão da Escola Estadual Padre Anchieta para o Distrito de Esquina Gaúcha, no Município de Pérola do Oeste, ou a criação de uma Escola Estadual de Primeiro Grau no referido Distrito. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo a criação do Conselho de Conciliação e Arbitramento nos Municípios de Cambé e Ibiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretária da Educação, visando a implantação dos cursos de quinta a oitava séries nas escolas localizadas nos Distritos de Guaraf e Rio da Prata, Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Badep, por intermédio da Governadoria do Estado, visando a instalação de um escritório regional no Município de Londrina. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu Lúcio Machado, subscrito por demais srs. deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por sete deputados, destinada a apurar num prazo de 180 dias, irregularidades no que diz respeito à repressão do "jogo do bicho" no Estado do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei número 154/83, que declara de utilidade pública a "Grande Loja Unida do Paraná". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta presidência, com

satisfação, registra as presenças, neste plenário, dos srs. prefeito de Ubatã, Raimundo Soares Nascimento, Vereador do Município de Roncador, Joaquim Rodrigues da Silva, e Dino Molina, presidente do PMDB de Ubatã.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao sr. deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "O Congresso Nacional manifestou, mais uma vez, ontem, o seu profundo e inarredável compromisso com a Nação. Ao rejeitar o Decreto-Lei 2045, e também o Decreto-Lei 2036, os congressistas demonstraram estar atentos ao clamor nacional contra o arrocho salarial e a recessão, impostos pelo FMI e pelos banqueiros internacionais.

Foi uma noite memorável para o Congresso Nacional, para o Brasil e para os brasileiros. Não faltaram nas últimas semanas pressões e ameaças históricas de Nova Iorque, Washington, ou de seus pupilos da SEPLAN e do Palácio do Planalto. O Poder Legislativo resgata, com garra e firmeza inexoráveis, as suas prerrogativas. Mais do que isso, com patriotismo e altivez, certo de refletir o sentimento nacional, o Legislativo resgata a própria soberania nacional, já tão vilipendiada pelo mercado Delfim e sua troupe.

Foi também uma noite extremamente tensa. Com argumentos esdrúxulos e absolutamente inaceitáveis, o presidente da República decretou "Medidas de Emergência para o Distrito Federal". Como frisou o deputado Ulysses Guimarães, além de injustificável, a adoção das referidas "Medidas de Emergência", não refletem o desejo e o sentimento reinante naquela Casa de Leis e na Nação.

Ao final da noite de ontem, a imprensa anunciava que o governo federal baixara novo decreto-lei, que sairá no Diário Oficial de hoje, e que, no fundamental, mantém o espírito do falecido e já devidamente sepultado, 2045.

Sem dúvida, para quem manifesta o desejo de dialogar com a Nação, de negociar com os partidos políticos, de buscar uma saída comum para o impasse gerado pelo 2045, e mesmo, uma saída comum para a atual crise econômica, é uma atitude lamentável, um "aferramento de posições", inaceitável para o momento crítico que ora vivemos. Afinal, negociação não é sinônimo de adesismo, e quem assim pensa ou é equivocado, ou mal-intencionado. Negociação é o diálogo franco e aberto em busca de soluções. É inclusive o respeito à manifestação das maiorias, o que não é o caso, pois aqui se trata da unanimidade da Nação.

A edição de um novo decreto-lei, na essência idêntico ao recém rejeitado 2045, é um profundo desrespeito ao Congresso Nacional, uma agressão a um Poder constituído, legítimo representante das aspirações nacionais. Ao contrário do diálogo, da negociação, uma verdadeira declaração de guerra.

Tal espírito de confrontação, sem dúvida, em nada contribui para que se encontre uma saída para o atual impasse na Nação. Todos desejamos uma saída para a crise, todos desejamos evitar uma ruptura do tecido social. Mas, para tanto, é preciso haver o necessário desarmamento de espíritos. A disposição para o diálogo não pode e não deve ser uma postura demagógica e diversionista, mas uma manifestação clara e inequívoca para a busca de soluções.

É possível superarmos a atual crise. É sentimento reinante na Nação, clamor de todos os segmentos da sociedade, o fim da recessão, do arrocho e a mudança da política econômica, de tal forma a permitir a retomada do crescimento econômico. Este é o desejo da Nação, expresso, inclusive, pela postura do Congresso Nacional, ao rejeitar o Decreto-Lei 2045.

A mudança da política econômica é urgente e inadiável. E, os brasileiros, unidos, trabalhadores, empresários, civis e militares, num verdadeiro consenso nacional, farão esta mudança. Com Figueiredo, sem Figueiredo ou apesar de Figueiredo".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao sr. deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. presidente, srs. deputados.

Além de fazer nossa também, a satisfação por estarmos vislumbrando um Congresso Nacional que está fazendo jus da representatividade política e dos compromissos com a sociedade brasileira, pretendemos afirmar a nossa crença no surgimento de um novo tempo e de um novo dia, em que esta terra, de fato, será regida por destinos traçados pelo próprio povo brasileiro.

Srs. deputados, anteontem aniversariou no cárcere, o jornalista Juvêncio Mazzarollo.

Contra ele, vítima da afronta à imprensa livre do País, em personificação total da figura do "bode expiatório" em torno do qual se engrossam as imundícies de um grotesto Tribunal Militar, estribado na abjeção do que se chama Lei de Segurança Nacional, avolumam-se, de fato, os requintes do arbítrio.

No mesmo dia, quando um pequeno grupo de amigos reunia-se a Juvêncio Mazzarollo, no presídio, para externar-lhe os cumprimentos por mais um ano de vida, a Auditoria Militar desta Capital, porta-voz fiel do autoritarismo reinante, proibiu até mesmo a projeção de fita cinematográfica que documenta os últimos instantes de existência do Sete Quedas, nas paredes da cadeia, por entender que esse mínimo gesto de conforto a quem hoje sofre por haver lutado em favor dos sem-terra, expulsos, ignorados pelo gigantismo faraônico dos Itaipu, viesse a ser também um perigo à segurança nacional.

Estamos saturados, srs. deputados, destas manifestações sórdidas. E é por isto que aos titulares e encampadores de mais esta aberração contra o jornalista preso, o nosso mais veemente repúdio, enquanto alimentamos a esperança de que num dia, já não distante, a liberdade possa redimir das correntes que ainda hoje fazem sangrar os pulsos dos nacionalistas, dos pregadores da Justiça, dos que se inquietam com a situação de um Brasil onde tantos tudo podem e onde tantos nada têm.

Dos optantes de fato pelos pobres, a exemplo dos padres igualmente encarcerados Aristides Camiou e Francisco Gouriou, que hoje estão sendo de novo julgados por um tribunal que não enxerga aquilo que todo o povo brasileiro vê: que os réus sim é que deveriam ser juízes, e os impávidos juízes, réus.

Mais uma vez a cena se repete. Segundo a versão policial, a participação dos padres Aristides Camiou e Francisco Gouriou o motivo da condenação é este: o padre Aristides mum sermão havia afirmado que os posseiros brasileiros deveriam agir como as abelhas, que agrupadas, produzem força e ação terríveis e para mostrarem que eles não são apenas "Maria", mas que podem e devem ser também "José".

De sua parte, o padre Francisco Gouriou apenas ajudou a rezar a Missa, puxando os cânticos naquele ato religioso.

O julgamento, sr. presidente, srs. deputados, iniciado hoje no Superior Tribunal Militar de Brasília, recurso impetrado contra sentença de condenação lavrada em 82, de 10 e 8 anos respectivamente para os dois sacerdotes, representa por si só um menos-caso à toda consciência civil brasileira, a toda linha pastoral da própria Igreja Católica, fato este já claramente anunciado, testemunhado e apresentado pela CNBB.

Está comprovado, sr. presidente, srs. deputados, de que a própria vítima, Luiz Antônio Trindade, morto por posseiros de São Geraldo do Araguaia, era um pistoleiro profissional, a serviço dos latifundiários, dos que arrebata as terras daqueles que tudo podem e que negam sistematicamente, pela força, o direito aos milhões de "sem terra" de se radicarem num pedaço de solo qualquer, neste país continental.

Além de pistoleiro profissional, era procurado pela secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Rio, Minas e Goiás.

É por esta razão que neste instante, enquanto vai decorrendo o julgamento, nós somamos o nosso mais veemente protesto, da mesma forma como encenam estados de emergência, para supostas proteções a encenações da hipocrisia, este Tribunal encena mais uma vez, a figura grotesca e sórdida de inocentes condenados e os inocentes afora estão no mesmo julgamento, parecido em tudo àquele julgamento de 2.000 anos atrás.

Senhor presidente, senhores deputados, parece até que o capítulo da maldição é eterno na história do mundo.

Dois pastores titulares da evangelização preconizada por Puebla, identificados com a voz do pobre e com todos os brasileiros, sem direito a um palmo de terra neste Brasil continental, estão sendo de novo julgados por já configurados repetidores da versão de todos os "Pilatos" que lavaram as suas mãos no decorrer da história, e que continuam incólumes, no estudo feito de estrelas militares, e, atrás das lentes da sordidez no peito, já condenaram e não têm enxergado outra vez a própria imagem do Cristo na pessoa dos inocentes que eles não têm hesitado em condenar.

Igual sim, em tudo, à infâmia tramada no Gólgota há dois mil anos atrás.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito para Explicações Pessoais, sr. deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — sr. presidente, srs. deputados. (Lê).

"Quero, como médico e como parlamentar, dirigir-me a este Poder Legislativo para despertar ainda mais as atenções políticas em favor do encontro de soluções que atendam o campo da assistência à soluções a partir do momento que as representações políticas desta Nação estiverem sensibilizadas e voltarem e suas atenções para a gravidade que o atual sistema, imposto pela Previdência Social, está acarretando à sociedade brasileira. Devemos admitir que as soluções dos problemas do povo devem emanar do Poder Legislativo, que deve ser o real e fidedigno representante de todos os brasileiros. Os anestesiológicos deste Estado, cansados de lutar por seus direitos e após várias tentativas de negociações com os mandatários da Previdência Social, resolveram não mais aceitar as condições unilateralmente impostas. Eles não podem mais continuar trabalhando em regime de intranquilidade e insegurança, levando risco a toda população a que assistem. Acharmos que a nossa responsabilidade é grande demais e não podemos permitir que ela seja alterada e manipulada por circunstâncias e interesses de pequenos grupos. Acharmos por fim, que a nossa dignidade como médico, e acima de tudo como homem, deve ser preservada a qualquer custo. Por isso quero me aliar ao movimento sustentado pelos anestesiológicos e de público, oferecer-lhes o meu apoio nessa luta pela melhoria das condições de trabalho e da segurança, binômio que assegura um bom padrão profissional aos pacientes. Não podemos admitir o aviltamento que a Previdência Social impõe aos honorários médicos, obrigando-os a uma carga horária de trabalho que gera "stress", angústia, insegurança e intranquilidade. Fazemos, desta tribuna, nossas reivindicações para todos os escalões, desde a Superintendência Regional, passando pela Presidência do INAMPS, até o Senhor Ministro Hélio Beltrão. Esperamos o justo, o real e o compatível com a nossa sobrevivência, que as autoridades sensibilizem-se e atendam os anestesiológicos até o próximo dia 30 de outubro, nas seguintes proposições:

1. Seja, de imediato, majorado o valor da Unidade de Serviço, no mínimo em CEM POR CENTO ou, sejam duplicados, em Unidades de Serviço, os valores dos procedimentos anestesiológicos constantes da Tabela de Honorários Médicos;

2. Em relação ao Sistema A.I.H. (Postos), sejam introduzidas as seguintes modificações:



2.1. que os procedimentos atualmente em vigor, sejam automaticamente ajustados a cada seis meses com base em índices reais e atualizados;

2.2. dentro da atual Tabela, possibilitar a criação de novos grupos, evitando dessa forma, o agrupamento de atos médicos com complexidade muito diferentes entre si.

2.3. criação do índice de desempenho do ato médico atualmente em vigor para os serviços hospitalares;

2.4. que sejam considerados de imediato as alterações constantes nos documentos encaminhados pela categoria.

3. participação de Anestesiologista indicado pela Sociedade Brasileira de Anestesiologista na Comissão que analisa e promove alterações nas Tabelas de Honorários Médicos, no que respeita a Anestesiologia.

Caso isso não se dê, haverá paralisação de suas atividades com grandes prejuízos aos usuários da Previdência Social, a partir do dia 15 de novembro.

Esperamos alcançar com esta legítima e justa luta, uma assistência médica melhor, condigna com os deveres recolhidos aos cofres públicos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — sr. presidente, srs. e Senhores Deputados. ( Lê ).

"Foi preciso que se chegasse a esta grave crise, para que se começasse a encontrar soluções alternativas maduras nas comunidades, e que as autoridades federais abrissem os olhos e mudassem de atitude a respeito da participação democrática das comunidades e das soluções mais simples".

Senhor Presidente, Senhores deputados:

Estas são palavras do governador José Richa, diante da atual situação de penúria do Estado, e da Nação brasileira como um todo, ênfase à importância da participação comunitária como ponto de partida para a solução dos graves problemas que se nos deparam.

A hora crítica que estamos vivenciando clama por um re-direcionamento programático, destinado ao atendimento das necessidades mais básicas da população. Deste modo, o legado que recebemos nas urnas, impõem ao governo. José Richa e ao PMDB grandes responsabilidades, como expressão política de vanguarda da sociedade. Responsabilidade esta, que nos foi transmitida em decorrência do povo do Paraná ter, desde há muito, preso em seu íntimo, a vontade de mudar as velhas e corroidas estruturas, que nos últimos anos tinham-se mostrado incapazes de promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade paranaense.

É indiscutível o passado honroso e conseqüente de lutas em prol das causas populares e democráticas que o PMDB vem desenvolvendo; só isso justifica toda a confiança, a esmagadora vitória, que o povo do Paraná concedeu aos seus candidatos no pleito de novembro de 1982, elegendo José Richa para conduzir os destinos do Estado, e a maioria parlamentar nesta Casa.

Devemos sempre questionar as relações entre o governo central autoritário, e o Estado democrático, que a pouco e pouco estamos construindo. Torna-se, portanto, imperioso, a abertura de um espaço político destinado a encontrar alternativas para os principais problemas que nos afligem. Alcançaremos este objetivo, proporcionando informações abrangentes a todos os membros da bancada, elevando o nível do debate parlamentar e democratizando esses dados, ajudando a criar uma consciência popular e política em torno das questões de importância. Senhor presidente Senhores Deputados:

Este é o espaço que os "Cadernos do PMDB" vêm ocupar. Mais do que isso, serão um elo permanente de ligação entre os deputados do PMDB, as bases partidárias e os segmentos mais esclarecidos e organizados da sociedade. Política é coisa séria;

todas as questões que nos estão preocupando hoje, exigem reflexão, troca de idéias, debates, campanhas, consultas, enfim, exigem um rumo comum, um consenso e deste modo amanhã poderão não ser mais um problema. Os "Cadernos do PMDB" constituir-se-ão numa publicação periódica, com um conselho editorial composto por este deputado e pelos deputados Adhail Sprengel Passos, Caíto Quintana, Fiori Luiz, Roberto Requião e Sérgio Spada.

Na consecução do seu objetivo de uma tão almejada participação comunitária para a obtenção de soluções alternativas para a crise atual, esta publicação será distribuída às autoridades estaduais, prefeitos, vereadores, diretórios partidários, sindicatos e associações, não havendo espaço para promoções pessoais e políticas de quem quer que seja, mas apenas para tratar de assuntos relevantes, com sinceridade e objetividade.

Os "Cadernos do PMDB" apresenta em seu primeiro número um estudo sobre a problemática do transporte ferroviário, tema este, relacionado já com as lutas e aspirações dos primitivos habitantes do nosso Estado. O centro do trabalho é a ferrovia da soja, velha e legítima aspiração paranista e mais do que isto, uma causa nacionalista.

Esta é uma causa que não é apenas do PMDB ou do governo José Richa, mas sim de todos os paranaenses, unindo seus esforços para a concretização do desenvolvimento, tendo presente a premissa de que só um meio de transporte moderno, rápido, eficiente e econômico, o conseguirá.

Em outras edições, serão abordadas questões igualmente relevantes, tais como a defesa de implantação de um sistema de transporte por hidrovias, e o aproveitamento múltiplo dos rios paranaenses; defesa de uma solução para a industrialização do xisto de São Mateus do Sul, gerador natural de riquezas e empregos, além de contribuir para a nossa independência energética.

Era o que tinha a dizer senhor presidente.

Muito Obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — sr. presidente, senhores deputados.

Após a euforia de vermos o Congresso Nacional readquirir a coragem necessária para enfrentar esse "regime de força" e derrotar sucessivamente decretos do governo federal nós, entristecidos, vemos que o Paraná assiste um quadro que não parece estar inserido neste contexto de modificação nas estruturas do Poder no Brasil.

Quando o Congresso derruba o Decreto 2045, a bancada do PDS do Paraná vai a Foz do Iguaçu para receber o presidente da República e gestionar no sentido de que seja nomeado mais um "prefeito biônico" em nosso Estado.

O Prefeito de Foz, desgastado, cansado de ser prefeito, resolveu ele, que não tem compromisso nenhum com a população de Foz, deixar o cargo, uma vaga aberta para a nomeação de mais um "prefeito biônico". E todos buscam o presidente da República, pensando em nomes, buscando apoio para que Foz tenha um novo prefeito sem que o povo daquela cidade possa opinar. É estranho como pode alguém ainda pensar, como pode alguém ainda querer um cargo da forma como se ser preencher novamente a prefeitura de Foz do Iguaçu...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, deputado?

O SR. MÁRIO PEREIRA — Em seguida deputado Gabriel Manoel. Estranho deputado Gabriel Manoel porque lá na região Oeste do Paraná as prefeituras que a AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - são em número de vinte e nove prefeituras e, na vinda do presidente da república que acabou sendo cancelada, a Foz do Iguaçu, apenas três prefeitos utilizaram-se de jornais de Curitiba para usando quase um quarto de página, homenagear àqueles que os nomeou, homena-



gear o presidente da República. Dos três, eu tenho dois recortes, aliás, trago a esta tribuna pelo inusitada da publicação, eu realmente nunca havia visto coisa igual: O prefeito de Guaíra, conhecido como "donatário" também, pois está há quase vinte anos, e mais conhecido agora, porque além de desviar máquinas do município desviou até do País, e foi condenado a pagar as despesas ocorridas com maquinários da Prefeitura de Guaíra no vizinho País do Paraguai. O prefeito de Guaíra comprou um espaço num jornal de Curitiba: "Guaíra congratula-se com o presidente Figueiredo"; aí a fotografia do prefeito sorridente e o jornal diz o seguinte:

"Guaíra, cidade conhecida pelo seu potencial turístico e pelo dinamismo do prefeito Kurt Walter Hasper". Assinado Kurt Walter Hasper. (Risos). Há vinte anos na Prefeitura.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. MÁRIO PEREIRA — Em seguida, deputado.

E agora com permissão do nosso companheiro, brilhante deputado José Antônio Fonseca, da sua cidade um outro prefeito, destes nomeados e candidato a donatário também, comprou também no mesmo jornal um espaço e diz lá: "Medianeira. Congratulações ao presidente da República em sua visita ao Oeste do Paraná". E a fotografia do prefeito Ivo Da Rolt de Medianeira. E o texto: "Medianeira, município cuja população não desanima diante de qualquer dificuldade, graças à liderança do grande prefeito Ivo Da Rolt, (Risos). Assinado: Ivo Da Rolt.

Será que vamos permitir, que vai se permitir alguém ser "prefeito biônico" lá de Foz do Iguaçu, sem autorização do povo, para fazer bobagens, gracinhas como esta aqui? Isto é ridículo.

Concedo o aparte do deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Acho que Vossa. excelência está me fazendo lembrar de um adágio popular que diz: onde quebra o pote, procura a rodilha." Então meu querido deputado, Vossa Excelência fala na barbaridade que o PDS está fazendo. Esqueceu Vossa excelência que o seu governador foi lá para recepcionar o presidente da República. Governador do seu partido. Se fosse tão imoral ou amoral, ele não estaria lá de braços abertos e proclamando em todos os jornais do Estado e do País, que iria para receber o presidente Figueiredo.

E também, falando em "prefeito biônico" temos um em Curitiba e ele merece todo o nosso respeito. Talvez mereça de Vossa excelência também, pois é um moço trabalhador, um moço que pertenceu, como o deputado Tércio Albuquerque pertence, a esta Assembléia Legislativa, e é um moço que está acima de qualquer crítica.

Vossa Excelência me faz pensar em mais um adágio popular: "quem tem rabo de palha, não põe fogo no rabo do vizinho". Porque Vossa excelência tem aqui em Curitiba, um Prefeito, que apesar de ser biônico, é um dos prefeitos que está dinamizando a cidade, principalmente a periferia; um prefeito que está acima das críticas da nossa e da sua bancada. Como pode Vossa excelência apesar de respeitar o aparte que Vossa excelência me deu, criticar os "prefeitos biônicos"? Ou o Sr. Maurício Fruet não é "biônico", por acaso? Nem por isto eles desmerecem o seu tirocínio administrativo. Talvez seja nomeado, porque pelo desespero que vejo de Vossa excelência por esta afirmativa, acho que vocês já perderam a batalha lá em Foz do Iguaçu.

Nós reconhecemos que perdemos a eleição com Saul. Vossa excelência reconheça, sem ferir um companheiro nosso em sua ausência, que é o deputado Tércio Albuquerque, que já foi prefeito daquela terra e que também como Vossa excelência, teve votos em Foz do Iguaçu. Não vamos admitir que Vossa excelência fale dos "prefeitos biônicos". Aqui em Curitiba temos um "prefeito biônico", por sinal um homem que está se saindo maravilhosamente bem administrativamente. Como pode Vossa excelência atacar um companheiro seu de bancada? Como pode o peixe vivo viver fora da água fria? Como pode Vossa excelên-

cia, moço de tirocínio político, atacar os "biônicos", sabendo que a Capital do Paraná, Curitiba, a "Cidade Sorriso", tem um prefeito biônico, graças a Deus, o Maurício Fruet? Um homem que apesar de não pertencer à minha bancada, nem por isto deixa de merecer o meu respeito. Pediria a Vossa excelência, que respeite, por favor, o nosso companheiro Tércio Albuquerque, em sua ausência. Como Vossa excelência sabe, ele há de ser um grande administrador em Foz do Iguaçu. Ele foi testado nas urnas e veio aqui, deputado, pela segunda vez, carregado pelos braços daquele povo que Vossa excelência fala, que Vossa excelência ameaça com o problema dos "biônicos". Quisera Deus que todas as cidades tivessem um Maurício Fruet e que Foz do Iguaçu, tivesse um Tércio Albuquerque, para orgulho e para honra nossa, um colega seu que toda a vida o respeitou.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — O elogio ao Prefeito Maurício Fruet e ao Deputado Tércio Albuquerque, vem assinado pelo deputado Gabriel Manoel. Seria ridículo se o elogio ao prefeito Maurício Fruet viesse assinado pelo próprio Maurício Fruet. E o elogio ao Tércio Albuquerque assinado pelo deputado Tércio Albuquerque.

Tomamos a palavra hoje porque eu ainda não havia visto isto, comprar espaço em jornal para se auto-elogiar.

Município cuja população não desanima diante de qualquer dificuldade graças à liderança do Prefeito Ivo Da Rolt. Assinado Ivo Da Rolt.

E o Kurt Walter Hasper, que há 20 anos está na Prefeitura, na certa querendo ficar mais 20 anos também se auto-elogiou, para que, quem sabe, o presidente o mantenha lá no cargo.

Era isso. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. deputado Márcio Almeida.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como diz o nobre Deputado Gabriel Manoel, "o galo onde canta janta". Neste último dia 18, reunidos em Londrina, com os prefeitos da ASSOCIAÇÃO DOS municípios do Médio Parapanema, o galo cantou e as decisões tecnocráticas do governo federal, do deputado Gabriel Manoel, foram devidamente deglutidas, pela realidade triste que é o combate ao cancro cítrico no Estado do Paraná.

Cancro cítrico é uma doença que ataca os laranjais. Apareceu no ano de 1958 no Brasil e vem sendo combatida no Estado do Paraná, desde 1959.

O início da doença com três municípios contaminados, Lupionópolis, Cafeara e Nossa Senhora das Graças e 24 anos de cortes de pés de laranjas e 24 anos após, temos 198 municípios contaminados, dado que por si só comprova a falta da eficácia do método das autoridades federais e do governo do deputado Gabriel Manoel, método que somente tem atendido ao Estado de São Paulo.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Com o devido respeito ao orador, eu não tenho governo. Ele está dizendo que o governo é nosso. O governo é de todos. Eu não sou índio e não tenho cacique.

Está Vossa Excelência me promovendo desta maneira, pois sabe bem Vossa excelência que eu não pertenço à esfera do Governo Federal, agora.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu solicito ao ilustre deputado Gabriel Manoel, que pretendendo apartear o orador que se encontra na tribuna, faça-o através de apartes.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu estou com a palavra pela ordem, e só queria dizer a Vossa excelência, então, que não estou apartando. Queria que Vossa excelência então observasse o

ilustre moço que está na tribuna, que não vai modificar o problema geográfico do Paraná, e que não fizesse tantas vezes alusão ao meu nome. Dentro do artigo que eu estou procurando me situar, queria que vossa excelência não me interrompesse por um minuto só.

Com a palavra pela ordem que vossa excelência, me assegurou, só digo o seguinte: foram feitas umas cinco ou seis alusões ao meu nome. Então é só isso. Eu não sei qual é a projeção que eu tenho com meu companheiro lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, o Sr. deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PAULO FURIATTI — Métodos de erradicação do cancro cítrico e somente têm atendido aos interesses do Estado de São Paulo, que além de exportar um bilhão de dólares por ano de suco de laranja, vende a nós paranaenses, mais de 80 por cento de laranjas "in natura" consumidas em nosso Estado.

Em nome dos pomares sofisticados de São Paulo e das fábricas de suco como CITRISUCO e COCA-COLA, o povo do Paraná vem sendo tolhido do direito de possuir um simples pé de laranja, de tangerina ou de limão, ainda que seja para o seu próprio consumo, dentre esses 198 municípios.

Nesta região, no entanto, a firme posição dos prefeitos, motivou o secretário da Agricultura, Klaus Germer, a paralisar a campanha, até que as propostas daquele encontro sejam aprovadas pelo Ministério da Agricultura.

Propostas estas como: suspensão imediata da erradicação de laranjas no Paraná, até que esta resposta venha; participação da comunidade no processo de saneamento; prazo máximo de um ano, para a liberação das propriedades e não mais dos municípios; e criação de comissões especiais municipais, para junto com o povo, resolver esse problema, visto que está provado ser impossível resolvê-lo a partir dos métodos tecnocráticos do Ministério da Agricultura. É um basta. Um basta dado. Um basta tão reclamado e somente agora, numa atitude paranista e pemedebista, o secretário da Agricultura, Klaus Germer, efetivou.

Concedo o aparte ao deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Quero agradecer, vossa excelência e mais uma vez parafraseando um adágio popular: "cada terra com seu uso e cada roca com seu fuso", vossa excelência sabe que Paraná e São Paulo, tudo é Brasil. Como pode haver discriminação? vossa excelência está sendo injusto. Se nós não temos talvez terras apropriadas para plantar laranja, essa coisa, São Paulo que tem a terra mais fraca, naturalmente nossa cidade irmã, que é governada por um companheiro de Vossa excelência, não pode ir à execração pública pelo simples fato de que no Paraná não temos o problema cítrico, não temos plantação de laranja. Vamos fazer plantação. Vamos incentivar plantações de laranja, sem nos incomodarmos com o governo Federal. O governo estadual que aplique o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. vossa excelência vem falando: "deputado Gabriel Manoel", como coisa que eu impedia a plantação de laranjas no Brasil, ou no Paraná. vossa Excelência devia como jovem intelectual, um jovem formado nos bancos da faculdade, saber que não pode haver distinção entre Paraná e São Paulo, pois são dois Estados irmãos, co-irmãos ainda, porque vossa excelência sabe que São Paulo é governado pelo ilustre Franco Montoro. Se amanhã ou depois mandarmos um xeróx desse pronunciamento de vossa excelência para ele, vai decepionar muito o governador de São Paulo, quando vossa excelência ataca o Estado que tem pujança, que é o sustentáculo da mola real, das finanças brasileiras, como o Paraná também o é na lavoura de soja e de trigo. Nós não temos culpa se, por exemplo, não dá soja em Limeira; então vai um deputado de Limeira dizer que o Paraná é o culpado, que toda a soja veio prá cá. Isto é um problema, como eu disse no começo, "onde o galo canta, há janta". Vossa Excelência deve incentivar com o Sr. secretário

da Agricultura, a plantação de laranja, pois o Paraná é um Estado brasileiro; como São Paulo também é. Por que vossa excelência está desmerecendo os nossos irmãos paulistas?

É o mesmo que vossa excelência quisesse fazer chover no nordeste e dizer que o Gabriel Manoel é o culpado que não choveu no Nordeste. A injustiça, deputado, é dura; e a justiça tarda mas não falha.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Eu agradeço o aparte do nobre deputado Gabriel Manoel, hoje líder de si mesmo, de bancada que inexistiu, e também líder do PDS paulista, nesta Casa, hoje.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. presidente, eu só queria dizer ao ilustre deputado que não enxerga, que o "pior cego é aquele que não enxerga porque não quer enxergar", que não sou líder de ninguém. Estou apenas falando em meu nome próprio e não em nome da minha bancada, porque jamais fiz referências à minha bancada. Agora, "o pior cego é aquele que não quer enxergar", e "o pior surdo é aquele que não quer ouvir".

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Concluindo, nobre deputado Gabriel Manoel, o Paraná possui uma das terras mais férteis do mundo, para o plantio de laranjas. Existe efetiva comparação entre o problema do Paraná e São Paulo. Nós não estamos pedindo a discriminação. Estamos pedindo pelo Paraná e o secretário da Agricultura já tomou essa posição, até os mesmos critérios, da mesma forma como São Paulo convive, nós queremos conviver, basta o governo federal, sustentado pelo PDS, não atrapalhar.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados. O dia de ontem foi pródigo em atos políticos dos mais variados na Nação brasileira.

De uma parte, o Congresso Nacional, por três vezes consecutivas, neste ano, reafirmou a sua soberania, no instante em que rejeitou o Decreto-Lei 2045, repudiado pela Nação brasileira inteira.

Neste instante, o Congresso Nacional representou a vontade do trabalhador brasileiro, ao rejeitar tal decreto.

Ato político lamentável dos detentores do Poder para contracenar com a grandeza do Congresso Nacional, foi a decretação do estado de emergência por 60 dias, em Brasília, para garantir uma eleição que durou apenas uma noite.

Os 59 dias restantes, e diga-se de passagem, até o final desta legislatura, ficará no estado de emergência por conta e risco e por criação e imaginação dos detentores do Poder.

Mas quero, sr. presidente, srs. deputados, não deixar de registrar um fato nesta Assembléia, na tarde de hoje, lamentável no cenário político paranaense. Ouvi o prefeito de Mandirituba, Geraldo Cartário Ribeiro, na noite de ontem, numa entrevista pela televisão, no momento em que dizia que os prefeitos do PDS estavam dispostos a abandonar o Partido, se não recebessem recurso federal.

Eu me senti até satisfeito, não pela saída dos prefeitos do PDS, mas porque me enganei inicialmente com a notícia pensando que os prefeitos do PDS estivessem pedindo recursos para o Paraná. Mas a surpresa veio por conta do próprio entrevistado. Reclamava o prefeito de Mandirituba, em nome dos prefeitos do Paraná, recursos do Governo

Federal para as prefeituras do PDS.

E alegava uma história repetitiva que já se ouviu muito nesta Casa e se procurou colocar às vistas do Paraná, de que exista discriminação por parte do governo do Estado, aos prefeitos eleitos do PDS.

Sr. presidente, srs. deputados, com a grandeza do Congresso Nacional na noite de ontem, a derrotar o 2045, eu esperava que se somassem as vozes dos prefeitos do PDS deste Estado, reclamando do Governo Federal, repetida ajuda ao Estado do Paraná, que não veio ainda para socorrer o Estado, da calamidade e da emergência.

E a emergência, a própria palavra diz, é um remédio a ser injetado imediatamente, e no entanto os prefeitos do PDS estão preocupados em recursos para os municípios do PDS.

Mas o prefeito de Mandirituba, presidente da Associação dos Municípios do Paraná, que se desagregou da Associação dos Municípios do Paraná para formar uma associação só do PDS, talvez agora queira formar no Paraná uma república do PDS, com recursos do governo federal para esses municípios, esquecendo que os municípios de maior produção desse Estado geram os impostos que vai ao governo federal e não retornam, são administrados por prefeitos do PMDB.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) O irônico disso tudo, nobre deputado Caíto Quintana, trombetaram os deputados do PDS e seu líder nesta Casa, de que tinha vindo de Brasília com liberação de um bilhão, 700 milhões de cruzeiros para os municípios do Paraná. Uma semana após, a mentira caiu por terra e o depoimento dos prefeitos, ameaçando inclusive sair do seu partido, demonstra na realidade que o pretendido governo paralelo é mais uma das piadas paralelas que correm aqui no Paraná.

E o jornalista juiz Geraldo Mazza, analisando o episódio de ontem, fez uma comparação e que nos parece até digna de ser registrada aqui.

A ausência do presidente Figueiredo causou aos políticos do PDS do Paraná um impacto muito grande, uma revolta. Um deles chegou a falar que o PDS devia usar tarja de luto no seu braço, esquecendo que luto há muito tempo a Nação brasileira usa pelo governo que aí está.

Mas o trauma foi tão grande que o Mazza fez a seguinte comparação. Quando os Estados Unidos foi atacado pela frota japonesa em Pearl Harbor, é como se os plantadores de laranjas da Califórnia pretendessem que o presidente então dos Estados Unidos deixasse de atender o problema da guerra, para ir atender o problema da laranja lá na Califórnia.

"Mutatis mutandis", o Congresso Nacional, reunido ontem, inclusive com o apoio do PDS, a política salarial do governo colocada em questão, e os homens do PDS, do Paraná, querendo a presença do Paraná para nomear mais um "prefeito biônico" é como se eu tivesse uma guerra declarada, e os plantadores de laranja exigissem a presença do Presidente da República, só que no nosso caso dá para mudar, seriam plantadores de banana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o seu aparte, deputado Nilso Sguarezi, e quero mais uma vez registrar, na tarde de hoje, esta infâmia que se tenta colocar aos olhos do Paraná, mas aqui não cola.

Procura-se levar para o governo federal na tentativa de se incompatibilizar o governo paranaense com o governo federal, procurando mostrar o que nunca foi comprovado, a discriminação do governo do Estado aos municípios do PDS.

Ademais, gostaríamos que se somasse as vozes que

lutam pela descentralização de rendas para que os Estados e Municípios possam sobreviver, se somassem as vozes dos prefeitos do PDS, porque só assim poderíamos sair das dificuldades econômicas que se abatem sobre todas as comunidades do nosso Estado e todos os Estados da Federação. O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA — A seguir, deputado.

Só assim poderíamos lutar por uma causa, causa de todos os municípios e de todos os seus munícipes. Agora, a tentativa de se criar uma administração paralela dentro do Estado, a tentativa de se querer que o governo federal destrua o resto que existe da Federação distribuindo recursos que são destinados para o Estado inteiro, exclusivamente para os prefeitos do PDS, revolta a qualquer político que esperava uma postura mais digna e mais séria dos homens que, eleitos pelo povo estão aí para representar as suas comunidades e falar sério no momento em que é necessário.

Concedo o aparte com muita satisfação ao deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Obrigado, deputado Caíto Quintana, mas acho que vossa excelência tem dois pesos e duas medidas, os prefeitos do PDS apesar da adversidade também foram eleitos pelo povo.

Esquece vossa excelência que os deputados aqui desta bancada, minoritária hoje, também foi eleita pelo povo. Eles não podem ser hostilizados, principalmente na ausência.

Eu gostaria que vossa excelência aguardasse a vinda do nosso líder para que ele pudesse responder a vossa excelência, dentro dos parâmetros necessários.

Só que eu digo o seguinte: os deputados do PDS merecem respeito e muito mais respeito merecem os vereadores e os prefeitos do PDS, que isso é uma injunção política. Queria vossa excelência, por exemplo, que o pessoal do PDS fosse a Brasília, apesar de estar falido este sistema central, pedir verba só para os prefeitos de vossa excelência, quer dizer que então não é possível vossa excelência separar uma coisa da outra.

Quando houve aquela marcha a Brasília, foram prefeitos do PMDB e do PDS e foram liderados pelo grande prefeito Nivaldo Wue que é o líder dos prefeitos de todos os partidos, e não houve discriminação, foram todos juntos.

Agora não é possível, vossa excelência, do qual não quero entrar no mérito, atacar os nossos companheiros, prefeitos do nosso partido, só pelo crime, deputado Caíto Quintana, de pertencer a um partido que não é o mesmo de vossa excelência. Como podiam então os prefeitos do PDS engrossar a maioria dos prefeitos do PMDB e passar aquele vexame que passaram em Brasília?

Então, nessa hora, vossa excelência não viu, por isso que eu digo, agradecendo este aparte, vossa excelência está meio fora de bitola, está com dois pesos e duas medidas.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Gabriel Manoel, em momento algum nós desrespeitamos a bancada do PDS, hoje brilhantemente representada por vossa excelência, que sozinho, em plenário, defende o seu partido com galhardia. E momento algum nós desmerecemos a condição de prefeitos eleitos do PDS.

Nós demonstramos desta tribuna, a nossa estranheza de que os prefeitos do PDS ao invés de estarem pedindo recursos para o Paraná, do Governo Federal, pois nós temos por justiça este direito, por sermos um Estado que contribuímos com largo percentual para a riqueza do Governo Federal; esses prefeitos venham pedir apoio do governo federal exclusivamente para os prefeitos do PDS, discriminando, eles sim, os seus companheiros do PMDB que é o

partido majoritário neste Estado, e por consequência, é o partido que está a representar o Estado do Paraná legitimamente.

Mas sobre esse assunto, deputado, na ausência de sua bancada, nós temos assuntos a discutir aqui no momento em que a bancada preocupada em estar presente aqui, na Assembléia Legislativa, para onde foram eleitos, vamos discutir o governo paralelo; o ônus e o bônus do governo Federal; vamos discutir as razões pelas quais o PDS tem ajudado muito pouco este Estado, tentando fazer discriminação, desde o princípio, numa tentativa de desestabilização do Governo do Estado do Paraná que é acima de tudo, o representante de todos os paranaenses.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. presidente, na última sessão plenária, acometido de discutível inspiração, nosso companheiro de bancada, Osvaldo Alencar Furtado, elaborou uma denúncia em relação à impressão de papéis e guias de recolhimento da Secretaria das Finanças, e agrediu os seus companheiros de bancada.

As guias de recolhimento de impostos diversos - GR2, cuja impressão o deputado denunciava ter sido feita em uma gráfica de São Paulo, são guias de impressão livre, por qualquer gráfica registrada na secretaria das Finanças. A secretaria não imprime, não compra, não vende e nem contrata as firmas para impressão das guias de recolhimento. O papel da secretaria resume-se em publicar com a necessária antecedência, no Diário Oficial do Estado, os modelos e as características dos formulários e as datas em que as mesmas entram em vigor para conhecimento dos interessados.

No caso abordado, se o deputado Osvaldo Alencar Furtado tivesse se dado ao trabalho de ler o Diário Oficial do Estado, de 25.07.83, teria notado ali a instrução da Secretaria das Finanças, número 799/83 contendo os modelos e as características das guias que entrariam em vigor a partir de 01.09.83.

Esse esclarecimento estou fazendo em nome e por delegação da bancada e registrando o protesto pelo tratamento que a mesma mereceu por parte do nosso companheiro Osvaldo Alencar Furtado, ao denunciar indevidamente esta falha de que realmente não foi culpada a secretaria das Finanças em relação aos papéis e guias de recolhimento e quem fez um papelão foi o nosso companheiro de bancada, Osvaldo Alencar Furtado. E em nome da bancada, esperamos que estes papelões não se repitam.

Queremos registrar que na próxima sessão plenária, iremos rejeitar o pedido de informação, do deputado Osvaldo Alencar Furtado. Não significando isto jurisprudência firmada pela rejeição do pedido de informação, que para nós da bancada do PMDB é um direito fundamental das minorias, e quando partirem da minoria nessa Assembléia, com ou sem razão, serão referendados e autorizados pela maioria do PMDB.

Mas, em se tratando de companheiros nossos, teremos maior zelo, e nos reservamos o direito de estabelecer censuras quanto à impropriedade do requerimento.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Orlando Pessuti. —Ausente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à

hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25/83, e do Projeto de Lei número 149/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 26, 27, 28, 29 e 30/83.

Levanta-se a sessão.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 09.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos secretariada pelos srs. deputados Gernote Kirinus e Amélia Hruschka.

Às dezesseis e trinta horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 89/83, que autoriza o Poder Executivo reverter ao Patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, à rua Presidente Carlos Cavalcanti, esquina Rua João Manoel, conforme transcrição número 56.788, às folhas 88 do livro 3-V, do Cartório da Primeira Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital.  
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 89/83  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reversão ao patrimônio do Estado, do imóvel situado à rua Presidente Carlos Cavacanti, número 1157, esquina da Rua João Manoel, nesta Capital, conforme transcrição número de ordem 56.788, da página 88 do Livro 3-V, de transcrição das transmissões do Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição da Comarca de Curitiba, foi transferido à Empresa Paranaense de Turismo - Paranatur.

Parágrafo único. Em consequência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá tomar medidas no sentido de compatibilizar o capital da Paranatur, mediante dotações orçamentárias ou transferência de outro imóvel de igual valor.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em comodato, por tempo indeterminado, à União Paranaense de Estudantes, o imóvel objeto desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/83, (Mensagem e ex-Proposição número 38/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos firmados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da secretaria dos Transportes e os Municípios de MARILUZ, TAPIRA e XAMBRE, objetivando execução do

Programa Especial - Prosafras, no exercício de 1.982. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/83 (Mensagem e ex-Proposição número 16/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo datado de 30/11/82, ao convênio celebrado em 01/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1.982. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/83, (Mensagem número 36/83, e ex-Proposição número 35/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos datados de 30/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1.982, entre o Estado do Paraná, através da secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1.982. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.